

ENTRE CHÁS E SALÕES: AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES DE CLASSE MÉDIA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SUL DE SANTA CATARINA

Ismael Gonçalves Alves

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

E-mail: iga@unesc.net

Resumo: No extremo sul de Santa Catarina, especialmente na cidade de Criciúma, a iniciativa privada e as associações de mulheres se destacaram no contexto local, prestando amplos serviços de assistência às mães e às crianças pobres. Interagindo e complementando os auxílios prestados pelo Estado, as associações femininas foram importantes instrumentos na construção de uma rede assistencial que visava fornecer atendimento especializado para a população mineira. Esta aproximação entre governo e as associações de mulheres complementou o circuito do Estado de Bem-Estar, pois boa parte dos sistemas de assistência social, principalmente aqueles dirigidos à maternidade e à infância pobre, foi encampado por iniciativas particulares e associações de mulheres que se dedicaram a dirimir os impactos negativos da economia local e regional sobre a vida das mães e das crianças.

Palavras-Chave: Mulheres; Filantropia; Assistência.

Abstract: In the south of Santa Catarina, Brazil, especially in the city of Criciúma, the private companies and women's organizations were responsible for the most of the support services to mothers and children living in poverty. Interacting and complementing the welfare provided by the state, women's associations were important to develop a helping network specialized in the mining population. This approach between government and women's associations complemented the Welfare State systems because most of them, especially those directed to motherhood and childhood, were taken over by women's organizations that have dedicated to reduce impacts of local and regional economy on the lives of mothers and children.

Keywords: Women; Philanthropy; Assistance.

Introdução

Desde o início do século XX, o discurso da importância da mulher baseado nos atributos da maternidade já estava bem consolidado do ponto de vista moral e ideológico na sociedade brasileira, no entanto, mesmo com toda a coação retórica em torno da questão materno-infantil, havia uma paralisia institucional acerca de políticas assistenciais que minorassem os flagelos da vida cotidiana de mães e crianças pobres. Ainda que o governo tentasse introduzir componentes reformistas que remodelassem os serviços de saúde e cuidados, com a finalidade de aproximá-los das novas exigências sociais, estes esforços, quando não se tornavam inócuos por falta de fiscalização ou operacionalidade da máquina pública, acabavam por atuar de forma meramente paliativa.

Agindo apenas de maneira pontual, as políticas estatais de assistência do Brasil em parte do século XX estavam destinadas unicamente a corrigir pequenas distorções do mercado de trabalho, colocando grande parte da população carente sobre os auspícios da filantropia e da benemerência, sendo a maternidade e a infância, por questões morais e religiosas, seus alvos preferenciais. Esta interação entre público e privado no interior das estruturas de assistência, de acordo com Eirinn Larsen (s/d), se configurou como o embrião conformador dos futuros Estados de Bem-Estar, e, para compreendê-los como tal, é de essencial importância que se investigue o entrelaçamento entre os setores da administração pública e a filantropia, pois em grande parte dos casos o Estado incorporou a assistência filantrópica entroncando em sua estrutura os programas e as ações assistenciais já existentes.

Dentre as diversas formas de assistência às camadas populares urbanas arquitetadas durante o século XX, buscamos, neste artigo, analisar a participação das associações de mulheres de classe média na provisão de serviços assistências para a maternidade e a infância no extremo sul de Santa Catarina. Dividido em três partes, primeiramente apresentaremos uma discussão sobre a participação do associativismo feminino na prestação de auxílios sociais aos mais pobres e como esta atividade tornou-se um espaço privilegiado de ação na esfera pública para as mulheres das camadas médias, que, por meio de seu labor benemerente, impuseram preceitos e valores baseados em rígidas normas de gênero. No segundo item apresentaremos uma análise sobre a atuação do Clube da Lady e das Pioneiras Sociais no extremo sul catarinense enfatizando suas ações de assistência materno-infantis. Por último, apresentaremos as considerações finais.

A assistência aos necessitados como um gênero de trabalho feminino

Constituídas em grande parte por homens e mulheres das camadas mais abastadas, as instituições filantrópicas foram paulatinamente ampliando sua presença e ação no atendimento às camadas populares na ausência dos poderes públicos. Conformada por homens e mulheres da elite, a assistência filantrópica desenvolvida a partir do século XX no Brasil fazia parte de um projeto moralizador que buscava alinhar as camadas pobres urbanas às novas exigências do mundo burguês. De acordo com Maria Martha de Luna Freire (2009), ao esvaziar-se do caráter espiritual existente na caridade, a filantropia deslocou seu foco para o bem-comum, o progresso moral e social, reforçando seu vínculo com as novas sociabilidades urbanas. Entendida como um gesto de utilidade que buscava soluções para melhorar a vida cotidiana dos mais pobres, a filantropia abdicava da necessidade de anonimato e incitava a visibilidade de seus praticantes, transformando-se em um instrumento de ação social: “a iniciativa particular, que tem sido até hoje a crystalina fonte do nosso empreendimento [...] em cujo topo se distingue, qual fóco luminoso, o amor pelo próximo” (sic), (BARBOSA, 1900, p. 109), comentava o médico Luis Barbosa na inauguração de mais uma obra beneficente na cidade do Rio de Janeiro.

Para as mulheres das elites, as atividades filantrópicas representavam uma oportunidade de ingressarem de maneira mais efetiva no mundo público, sem com isso subverter as fortes amarras morais de gênero, que as colocavam em uma posição de subalternidade em relação aos homens. Para estas mulheres, os trabalhos assistenciais e de benemerência eram considerados extensões de suas atribuições na esfera do privado e estavam em total conformidade com sua suposta natureza feminina de dedicação à família e ao próximo (NASH, 1996[b]). Ao se enveredar pelo mundo dos necessitados, as mulheres das classes abastadas projetavam diante da sociedade seus elevados atributos morais, sendo reconhecidas por sua sensibilidade, bondade e solidariedade com os sentimentos alheios, ou seja, uma extensão de sua função maternal, como é possível ler em um artigo do *Jornal das Moças* de 1914 “o amor feminil não é no fundo senão um aspecto secundário da maternidade” (s/p). Desta forma, foi a partir de uma política de gênero que enclausurava as mulheres no espaço doméstico, que a filantropia surge como uma atividade relacionada à feminilidade, definindo a assistência como um trabalho que não atentaria contra a virtude e a moral das mulheres.

De maneira distinta, a participação dos homens de elite em atividades filantrópicas era interpretada como um reflexo de sua moral ilibada, espírito nacionalista e falta de apego às questões materiais, pois, mesmo ocupando

posições elevadas na escala social, eles despendiam parte de seu tempo e dinheiro para atenuar os impactos negativos das péssimas condições de vida sobre a existência dos pobres. Mesmo praticada por homens e mulheres, que muitas vezes se dedicavam às mesmas questões, como é o caso da maternidade e infância, o trabalho filantrópico era fortemente marcado pelo gênero e estabelecia posições e hierarquias fundamentadas também nas relações de gênero. Enquanto para os homens o trabalho filantrópico era entendido como fruto do desprendimento e ausência de soberba, para as mulheres era interpretado como uma extensão de suas atividades maternas, um aprimoramento de suas capacidades de cuidar e dedicar-se ao outro de forma altruística.

Bemdicta, pois, seja a caridade feminina, feita de sorrisos, de flores e de gestos suaves. Bemdicta seja ella pela doçura que irradia e pelo consolo que irá levar aos desgraçados distantes, [...]. (sic). (Gardenia, Paulo de, 1915, s/p).

O trecho do documento apresentado acima revela o discurso de como o trabalho assistencial das mulheres era interpretado por sua natureza benevolente, quase transcendental, espelho de uma alma que refletia compaixão e doçura; somente um ser guiado pelo coração e pelos bons sentimentos – e não pela razão – era capaz de colocar-se em segundo plano em favor do bem coletivo e dos sofredores. Fosse praticada por homens ou por mulheres, a filantropia adquiria um caráter instrumental, na qual uma parcela da elite dirigia seu capital social, político e financeiro para abertura de obras sociais destinadas ao atendimento aos pobres e que, em última instância, estavam relacionadas a um projeto político que visava nacionalizar as mães e socializar a maternidade, amparando “as creancinhas desde a concepção [...], e bem como dar a pátria, no futuro, mãis carinhosas que a amem e braços fortes que a defendam”. (O Paiz, 1918, p. 05).

Sensibilizadas pela maternidade e infância desassistidas, as associações de mulheres ocuparam importantes espaços dentro dos sistemas filantrópicos de assistência. Oriundas das camadas mais abastadas, estas associações se proliferaram em diversas regiões e cidades brasileiras no começo do século XX. De acordo com Maria Lucia Mott (2001), durante muito tempo as atividades exercidas pelas associações femininas foram vistas como uma forma de as mulheres das classes privilegiadas combaterem suas vidas tediosas, exercitarem seus talentos e despendere suas energias como subterfúgio para adquirirem responsabilidades fora do lar. Ainda conforme a autora, tanto a historiografia tradicional quanto os movimentos feministas analisaram tal participação feminina como secundária e subalterna, voltada, sobretudo, para o levantamento de fundos por meio de festas e cerimônias frívolas, considerando ainda suas ações assistenciais como uma extensão dos interesses masculinos e de classe.

No entanto, mesmo que reforçassem identidades de gênero consideradas tradicionais, as associações de mulheres de camadas médias criaram espaços de empoderamento respeitados e, na medida do possível, alargaram padrões e normas de comportamentos considerados condizentes com seu sexo e classe social. Por meio das atividades de benemerência, as mulheres construíram esferas de atuação em que os problemas relacionados ao feminino eram tratados e administrados como prioridade, estabelecendo assim uma aproximação fraterna vinculada, sobretudo, à condição materna. Ao erigirem estes espaços de poder dedicados a discutir os interesses das mães, as mulheres benemerentes de camadas médias demonstravam ao restante da população toda a potencialidade de seu labor assistencial e a importância dos trabalhos de cuidados para a manutenção e complementação dos sistemas de ajudas institucionais. Ao elencarem as mães e as crianças como alvos preferenciais de suas ações assistenciais, as voluntárias, conforme aponta Maria Lucia Mott (2001), buscavam fornecer subsídios para que as mulheres pobres desempenhassem de maneira mais independente a função de mães de família, desvinculando algumas de suas necessidades da figura do homem provedor e do próprio Estado. Desta forma, ao criar um ambiente socioeconômico mais favorável para as mães pobres, as ativistas da benemerência acreditavam estar contribuindo indiretamente na construção de um futuro mais promissor para as crianças, pois era por meio de suas mães que os infantes aprendiam suas primeiras lições de vida e os princípios morais para a boa convivência em sociedade.

A atenção especial voltada à maternidade e à infância pelo associativismo feminino de camadas médias, ao que parece, estava ligada a dois princípios fundamentais. O primeiro diz respeito a uma espécie de afinidade de gênero, pois, como mães, as mulheres benemerentes se sentiam responsáveis por outras mães, partindo do pressuposto que a maternidade as aproximava das demais mulheres. No entanto, cabe ressaltar que esta afinidade não significava que as mulheres de camadas médias estivessem totalmente engajadas em lutas pela igualdade política, econômica e social proposta pelo movimento feminista. Pelo contrário, boa parte de seus discursos tendia a sustentar a manutenção dos papéis de gênero tradicionais, por identificar a domesticidade como uma parte da identidade feminina que deveria ser defendida. O segundo princípio, por sua vez, estava ligado à ideia de que o trabalho filantrópico de cuidados direcionados às mães e às crianças pobres era um imperativo social de grande importância prática e simbólica – bem visto por todos os membros da sociedade –, portanto, legitimador da participação das mulheres em atividades caritativo-filantrópicas em suas comunidades locais. (ALVES, 2014)

Com um discurso essencialmente maternalista, que priorizava acima de

tudo os direitos sociais, exaltando a capacidade das mulheres de serem mães e de agirem na esfera pública por meio da maternidade e de valores como a benevolência, abnegação e caridade, as associações benemerentes de mulheres visavam construir uma sociedade – ou influenciar positivamente – na qual tais valores fossem norteadores das ações privadas e públicas. Mesmo que aparentemente reproduzissem discursos de subalternidade, as atividades das associações femininas assentavam-se no pressuposto de que a maternidade não deveria ser considerada como um problema e sim uma condição unificadora e definidora de identidade feminina. (Bock, 1995). De modo geral, as maternalistas lutavam pelo reconhecimento dos direitos e necessidades especiais das mães, buscando difundir a ideia de que a maternidade era uma função social e por isso deveria ser reconhecida e equiparada ao trabalho remunerado masculino.

Desta forma, o maternalismo presente no discurso e de ação do associativismo feminino de proteção à maternidade e à infância pode ser definido como um conjunto de ideologias e discursos que exaltam a capacidade das mulheres de serem mães, atendo-se à ideia de que a dedicação às tarefas de nutrição, cuidados e moralidade as habilitavam a construir uma sociedade mais justa, com base nos chamados valores femininos (KOVEN; MICHEL, 1993). De acordo com esta perspectiva, as mulheres atuaram na esfera política com base na sua “diferença”, alegando que a experiência com a maternidade dava capacidades únicas e inestimáveis para arquitetar ações de assistência que salvaguardassem as mães e crianças.

Preferencialmente voltadas para as questões materno-infantis, as associações femininas quase sempre foram as primeiras a identificarem as necessidades sociais das mães e das crianças e atendê-las com uma ampla gama de atividades assistenciais (KOVEN; MICHEL, 1990). Essa preocupação em fornecer às mulheres mães subsídios financeiros e educacionais para uma vida mais segura coloca o movimento maternalista no centro das discussões sobre os sistemas de ajuda, pois, ao criar empreendimentos assistenciais e valorizar o trabalho reprodutivo, as ativistas demonstraram o descaso dos governos com a maternidade. Assim, ao criarem entidades assistenciais e inserindo as questões da maternidade e da infância nos altos círculos de poder ao qual estavam ligadas por vínculos de classe, estas mulheres conseguiram constranger os gestores públicos e chamar a atenção da sociedade pelo descaso com que aquelas questões eram tratadas. Por outro lado, a existência das associações femininas denota que a estruturação dos sistemas institucionais de ajuda materno-infantil não surgiram de forma espontânea e tampouco foram resultado exclusivo do aperfeiçoamento da máquina pública, pelo contrário, foram,

em grande parte, resultado das pressões exercidas por grupos de mulheres que, por meio dos bons resultados de seus empreendimentos sociais, fizeram com que o Estado absorvesse ou suplantasse suas iniciativas em favor da maternidade e da infância pobre.

Sensibilidade, bondade e compaixão: as associações femininas e a arte de cuidar do próximo

Localizada no sul do Estado de Santa Catarina, a Região Carbonífera despontou no cenário econômico nacional através da expansão de suas atividades mineradoras a partir da década de 1930, num momento em que o incipiente complexo industrial brasileiro também passava por um processo de reestruturação promovido pelo governo de Getúlio Vargas que buscava tornar a indústria nacional mais competitiva e dinâmica e menos dependente das importações. Formada pelos municípios de Criciúma, Içara, Lauro Müller, Siderópolis, Orleans, Tubarão e Urussanga, as primeiras atividades relacionadas à exploração do carvão remontam ao final do século XIX, quando, sob as ordens do Governo Imperial, as primeiras jazidas situadas nas proximidades da cidade de Lauro Müller foram estudadas com o objetivo de desenvolver um projeto que viabilizasse o uso deste mineral e seus derivados pela pequena indústria brasileira.

Apesar de a Região Carbonífera Catarinense ter um longo período de destaque socioeconômico para a indústria nacional, foi nas décadas de 1930 e 1960 que as maiores transformações ocorreram na região, quando as atividades mineradoras provocaram um profundo processo de ruptura com as formas tradicionais de vida, expondo as populações locais a uma nova dinâmica socio-cultural ligada às atividades mineradoras industrializadas. Dentre o conjunto de cidades que formam o Complexo Carbonífero Catarinense, a cidade de Criciúma foi aquela que sofreu maior impacto das atividades industriais, sendo metamorfoseada de um pequeno núcleo agrícola a uma cidade industrial dedicada às atividades extratoras de carvão mineral. Fundada em 1880 por imigrantes de origem italiana, oriundos da região do Vêneto, durante alguns anos a cidade de Criciúma foi apenas uma cidade de agricultores que se dedicava exclusivamente às atividades primárias. No entanto, com a descoberta das primeiras reservas de carvão, em 1913, o município teve sua dinâmica socioeconômica completamente alterada em favor das atividades industriais, transformando-se no principal centro extrator e fornecedor deste mineral.

O rápido desenvolvimento da cidade proporcionado pelas atividades mineradoras ocasionou também importantes mudanças na dinâmica das mi-

grações locais. De diversas cidades vizinhas inúmeras pessoas que até então haviam se dedicado exclusivamente às atividades agrícolas ou à pesca se deslocaram para Criciúma em busca de emprego estável nas minas de carvão e da promessa de mudança de vida proporcionada pelo famoso ouro negro que se escondia no subsolo da cidade. Assim,

[...] atraídos por melhores salários e por horários fixos de trabalho, os colonos começaram a abandonar as propriedades agropecuárias, despovoando-as completamente e criando um novo e grave problema para a região: a falta de viveres de primeira necessidade [...] (BOA NOVA JUNIOR, 1953, p. 10).

No entanto, como afirma o médico sanitário Francisco de Paula Boa Nova Junior, em seu relatório ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), intitulado *Problemas Médicos Sociais da Indústria Carbonífera Catarinense*, as ondas migratórias direcionadas a Criciúma asfixiaram as regiões agrícolas do seu entorno e trouxeram problemas de inúmeras ordens para a cidade.

Sem as condições necessárias para a manutenção de uma cidade industrial com serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação, já na década de 1940, Criciúma havia entrado em uma espécie de colapso urbano, transformando-se em um problema socioambiental de difícil solução. De maneira geral, as famílias operárias mineiras foram obrigadas a arcar com grande parte das mudanças resultantes do crescimento do setor industrial carvoeiro, tais como enfermidades, más condições de vida, trabalho precário, mortes e acidentes laborais (ALVES, 2009). Para abrigar os trabalhadores que cotidianamente se fixaram na cidade e que por sua vez eram indispensáveis para a manutenção das atividades industriais, as mineradoras se utilizaram de um artifício muito comum em outros centros industriais, as Vilas Operárias. De acordo com Margareth Rago (1997), estes complexos habitacionais foram muito característicos do capitalismo brasileiro da primeira metade do século XX e possuíam uma tripla finalidade: afastar o operariado do ciclo de atividades burguesas, construir um espaço higiênico e adequado ao mundo do trabalho e, por último, fabricar uma massa de trabalhadores ordeiros e disciplinados.

Apesar de serem muito comuns na Região Carbonífera Catarinense, as Vilas Operárias de Criciúma e de algumas cidades circunvizinhas possuíam pouca similaridade com suas homônimas de outros Estados. Construídas em torno das bocas de mina, na periferia da cidade, as Vilas Operárias carvoeiras eram verdadeiros depósitos humanos, incapazes de proporcionar um ambiente salutar capaz de melhorar o desempenho e produtividade de seus operários. Construídas de maneira irregular sobre o solo piritoso, servidas por ruelas estreitas e lamacentas, sem observar as mínimas normas de higiene, estes locais de habitação rapidamente foram levados à estafa, tornando-se um problema

médico-sanitário de difícil solução, tanto para as autoridades estatais quanto para as próprias carboníferas que os idealizaram. Este aspecto sombrio proporcionado pela visão das Vilas Operárias da Região Carbonífera Catarinense é narrado pelo Deputado Jorge Lacerda¹ em visita ao Estado em 1948:

Testemunhei naquelas localidades, com viva emoção, o espetáculo constrangedor das casas dos mineiros, pequenas habitações de madeira enfileiradas, totalmente pretas, pois eram pintadas com piche. Na paisagem, nenhum jardim, nenhuma flor. Carvão por tôda parte: no chão, nos rostos, nas ruas, nas paredes, [...] E naquele ambiente soturno, a lembrar sombrias necrópoles, crescem e multiplicam-se as famílias dos trabalhadores, sem que nenhuma providência, sequer, venha minorar as aflições desse estado de verdadeira penúria (LACERDA *In*: Diários do Congresso Nacional, 1959, p. 946).

Desta forma, os anos de 1940 e 1950 foram marcados por uma paisagem socioeconômica caótica e inversa à previsão de melhorias que as atividades carvoeiras supostamente proporcionariam à população. Frente a esta situação, inúmeras vezes se levantaram na região, levando denúncias de todas as ordens às altas esferas do poder. Assim, em 1957, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI do Carvão), com a finalidade examinar as condições de vida e trabalho dos mineiros catarinenses, a fim de propor mudanças e maior fiscalização sobre as operações envolvendo a extração do minério. Após alguns anos de investigação, o Relator da CPI chegava a seguinte conclusão sobre a vida dos operários mineiros que moravam nas vilas operárias fornecidas pelas mineradoras:

[...] é seguinte o aspecto das habitações: construída de madeira, sujas, mal conservadas e cheias de frinchas por onde os ventos reinantes rodopiam e pelas quais podemos divisar o interior [...] se no verão tais casas têm condições de habitabilidade, como suportá-las assim esburacadas no rigoroso inverno de Santa Catarina, quando muitas vezes é mister aquecimento artificial? Não possuem serviços sanitários, água encanada e esgoto. [...] Só o fato de as casas não possuírem água e esgoto marca o grau de pauperismo desses operários, sujeitos eles e suas famílias, em falta de água potável e esgoto, a desenterias, tifo e verminoses (sic) (Diários do Congresso Nacional, 1959, p. 946).

O relato descreve, em parte, as dificuldades enfrentadas pela população que habitava a zona carvoeira de Criciúma. Os custos socioambientais herdados pela região foram extremamente altos e proporcionais ao crescente número de empresas, trabalhadores e vilas operárias. O quadro nosológico existente na

1 Este excerto foi extraído do pronunciamento do Relator da CPI do Carvão em discurso ao Plenário da Câmara em 1959, quando o mesmo se apropriou das palavras do Deputado Jorge Lacerda, que, anos antes, havia visitado diversas cidades da Região Carbonífera com a finalidade de fazer um levantamento sobre as condições de vida e trabalho da população mineira. Jorge Lacerda foi duas vezes Deputado Federal por Santa Catarina (1950/1954), quando foi um dos responsáveis pelo planejamento e execução do Plano de Carvão Nacional. Foi também Governador do Estado entre 1956 e 1958.

cidade tornou-se bastante amplo e diversificado, e seus impactos eram sentidos diretamente sobre a mão de obra local, constantemente incapacitada para os trabalhos ou renovada devido aos óbitos. Não muito diferente do que ocorria nos grandes centros urbano-industriais, os aglomerados de trabalhadores passaram a se tornar lugares privilegiados para a difusão de doenças infectocontagiosas como tuberculose, varíola, varicela, disenterias amebianas, tifo e verminoses.

Dentre o conjunto da população atendida pelos serviços sanitários e ações profiláticas, bem como pelos serviços sociais instituídos pelas autoridades públicas e por entidades filantrópicas, foi sobre as crianças que recaiu grande parte das ações de saúde e assistência. Assim como em outras localidades do país, a salvaguarda da infância foi um ponto crucial para o desenvolvimento de um sistema assistencial local que para garantir a constante renovação da mão de obra passou a construir mecanismos que preservassem a vida das mães e das crianças.

No Complexo Carbonífero de Santa Catarina, em especial na cidade de Criciúma, com uma elite econômica bem estruturada formada por mineradores, profissionais liberais e comerciantes, as mulheres brancas e de camadas médias se organizaram a fim de prestar auxílio aos considerados desvalidos. Gozando de relativo prestígio social, essas mulheres utilizaram de seus contatos pessoais e familiares para organizar as associações filantrópico-caritativas que tinham como finalidade assistir as mães pobres e seus filhos. A escolha deste grupo específico da população estava ligada à ideia de responsabilidade moral das mulheres mais abastadas com as menos favorecidas, além da maternidade e da infância, reconhecidamente consideradas traços fundamentais da experiência de todas as mulheres.

Entre as associações de mulheres que se sobressaíram no contexto local, destacamos duas que, dentre outras atividades, se dedicaram à proteção da infância e da maternidade pobre: o Clube da Lady de Criciúma e as Pioneiras Sociais. Formadas por mulheres com grande destaque social entre a elite local, essas associações buscaram construir uma rede de colaboradores para financiar e manter as ações assistenciais. O fácil trânsito que tinham entre pessoas de posses e com poder local franqueava o acesso aos recursos financeiros necessários para suas obras sociais, contribuindo também para forjar a imagem de benfeitoras, inserindo-as definitivamente no circuito da assistência social local.

Fundado em 24 de setembro de 1960, dia de Nossa Senhora das Mercês, sua padroeira, o Clube da Lady de Criciúma², seguindo o modelo adotado em

2 O Clube da Lady é uma associação feminina de abrangência nacional que em meados do século XX funcionava como uma espécie de federação, podendo as mulheres interessadas, em diferentes cidades, reunirem-se e fundar núcleos do clube com a finalidade de promover e financiar obras sociais dirigidas aos mais necessitados.

outras cidades brasileiras, buscou atrair para suas fileiras mulheres que, de alguma forma, estivessem dispostas a contribuir para a causa dos mais pobres. Ins-tituído durante um jantar de gala, contou com a presença de autoridades locais e convidados de outros lugares, como a Secretária Geral do Clube da Lady do Brasil, Haydée Guimarães Goulart; os Presidentes do Lions e do Rotary Club; a representante e esposa do juiz de direito local; o Padre Paulo Petruzzellis, Dire-tor do Bairro da Juventude³, importante instituição de abrigo e educação infantil que seria financiada com arrecadações desta associação, entre outros.

O Clube da Lady de Criciúma apresentou seu sistema organizacional composto pela Presidente de Honra, posto ocupado por uma destacada fi-gura social com importantes serviços prestados à comunidade; a Presidente e três Vice-Presidentes, que possuíam o efetivo poder de decisão sobre a associação; duas Secretárias que cuidavam das demandas cotidianas do clube; duas Tesoureiras, que eram responsáveis pela administração das finanças; um Departamento de Projetos e Festas, objetivando propor e organizar as ativi-dades sociais do grupo; um Departamento de Imprensa e Propaganda, que zelava pela boa imagem do Clube e informava a população sobre os trabalhos realizados; duas Oradoras oficiais; e um Departamento de Crônica Social, que tinha como finalidade difundir os ideais do Clube da Lady no jornal local. (Tribuna Criciumense, 03 de Outubro de 1960).

No mesmo dia em que foi fundado e apresentado oficialmente, o Clube da Lady divulgou seu hino oficial escrito em forma de poesia, no qual anuncia-va o elevado objetivo de se dedicar às causas sociais:

Nosso clube da lady foi saudado
Pela Nossa Senhora das Mercês;
Será sempre o seu nome lembrado
Bênçãos mil rogaremos a seus pés.

Estrilho:

É a Glória da lady que desponta
Entre nuvem serena toda azul;
É o claro roteiro que desponta
O amor do Brasil de Norte a Sul.

3 Bairro da Juventude é uma instituição filantrópica administrada pela ordem religiosa dos Irmãos Rogacionistas do Sagrado Coração de Jesus. Inaugurado em 1954, este instituto formou-se a partir das antigas fundações da SCAN (Sociedade Criciu-mense de Apoio aos Necessitados) cedidas aos padres, que com a ajuda e recursos financeiros federais construíram, reforma-ram e ampliaram as antigas bem feitorias da instituição com o intuito de construir um abrigo de menores abandonados.

A esmola é graça que exprime
 Todo arroubo de ternura e emoção;
 É a mão da Caridade, tão sublime
 A tanger nosso humano coração.

Canta o Clube da Lady, sobranceiro,
 Sua voz a propagar-se abre ao Sol;
 Seu hino de amor é verdadeiro,
 É luz colorida do arrebol.
 (Tribuna Criciumense, 03 de Outubro de 1960. p. 01)

Escrito pela professora Donatila Borba, Presidente de Honra do Clube, o hino sublinha as diretrizes elementares que regeriam a conduta de suas associadas na dedicação ao trabalho social. A orientação católica do clube fica evidente na menção à Nossa Senhora das Mercês, importante representação da Virgem Maria associada à misericórdia com os mais necessitados. A aproximação do associativismo feminino com a doutrina católica sustentou um discurso moral que colocava as mulheres a serviço de Deus, da pátria e da família, como guardiãs de um modelo tradicional de família que, ao sair do espaço doméstico, o faziam para defender os valores associados à família, ao lar, à religião e à pátria. De acordo com Rebeca Arce Pinedo (2007), as associações femininas ligadas ao catolicismo agiam por meio de acepções morais concorrentes aos valores tradicionais de gênero, defendendo, sobretudo, participação das mulheres no mundo público a partir de espaços ligados à assistência social. Ao se dedicarem a tais tarefas, de acordo com a autora, as associações femininas católicas difundiam um ideal de feminilidade atrelado principalmente à maternidade e que se refletia na consolidação de uma mãe católica, anjo do lar, santuário e baluarte de virtudes como amor, compaixão, dedicação e benevolência.

A letra do hino identifica uma série de atributos supostamente relacionados às mulheres, tais como caridade, amor, graça, coração, esmola, emoção, entre outros. Estas palavras, fortemente associadas aos sentimentos, estabeleciam um contraponto à razão, considerada inerente ao sujeito masculino, e tratavam de estabelecer o papel de suas associadas em suas ações na esfera pública. Ao introjetar e propagar os ideais vigentes de feminilidade, a associação fundamentava a função social da mulher de elite na maternidade e na domesticidade, transformados em virtudes, respaldando seu engajamento assistencial em favor dos pobres.

Outro aspecto importante do Clube da Lady era a exaltação das funções maternas. Desta forma, a comemoração do Dia das Mães era um dos even-

tos mais importantes da organização. Em reunião de gala, o Clube agrupava suas associadas e as convidadas em torno de uma vocação considerada inata a todas as mulheres. Durante esta festa, eram realizados desfiles mirins, concursos infantis, declamações de poesias e um jantar dançante. Nos desfiles mirins, cada criança era levada à passarela, representando diversos aspectos da vida humana, chegando ao seu ápice com a apresentação daquela que seria a virtude máxima da associação e que balizava todo seu trabalho social:

O Clube da Lady tem, enchendo-lhe a alma, o mais famoso dos sóis: “A CARIDADE”. E foi a grandeza deste sentimento que proporcionou a realização desta festa. E em um gesto lindo de homenagem desfila a menina Sílvia Vieira, num bonito traje de inverno, acompanhada do Lulu, seu cachorro favorito. (Tribuna Criciumentense, 22 de Maio de 1961).

No que tange aos trabalhos relativos às crianças pobres, as associadas do Clube organizaram nos anos iniciais de seus trabalhos uma série de atividades festivas como o Baile *Glamour Girl* e a *Soirée Blanche*, para arrecadar fundos. Estas festas reuniam as famílias mais destacadas da região, tendo em vista que para participar de tais eventos era preciso pagar uma taxa (ingresso), que por sua vez era revertido para o Clube que selecionava as obras que deveriam ser agradadas com esses recursos. Os jantares e bailes promoviam seus participantes na sociedade local, pois, na semana posterior, tais eventos eram minuciosamente detalhados na coluna semanal que o Clube da Lady possuía no jornal Tribuna Criciumentense, citando os nomes de todos aqueles que se fizeram presentes, contribuindo para construção de uma identidade benevolente dos benfeitores.

Apesar da orientação maternalista, o Clube da Lady de Criciúma logo expandiu seu foco de atuação, englobando também o atendimento à velhice desamparada. Se num primeiro momento as causas infantis estavam na ordem do dia, a partir de 1965 as mulheres pertencentes a esta agremiação voltaram todos seus esforços para o financiamento da Sociedade Vicentina, responsável por angariar fundos e construir um asilo na região. Foi por meio de ações e obras dirigidas à fundação do asilo São Vicente de Paulo que o Clube da Lady de Criciúma foi reconhecido como uma instituição filantrópica de utilidade pública pela Lei Municipal Nº 519, de 02 de Julho de 1965, causa pela qual se dedicou até meados da década de 1970, quando pouco a pouco sua área de atuação foi suplantada pela presença do Estado.

Seguindo a mesma lógica maternalista, outra instituição que se destacou em prol das crianças e das mães pobres da Região Carbonífera foi a das Pioneiras Sociais. Da mesma forma que o Clube da Lady de Criciúma, a associação das Pioneiras Sociais existia em outras cidades brasileiras, reunindo voluntárias, mulheres das classes mais favorecidas que tinham por objetivo arrecadar do-

ações para os mais necessitados. Fundada por Sara Kubitscheck nas primeiras décadas de 1950, em Minas Gerais, esta associação ganhou maior impulso quando seu marido, Juscelino Kubitscheck, foi eleito para a Presidência da República e transformou as Pioneiras Sociais em uma Fundação subsidiada pelo Estado. De acordo com o Decreto-Lei 3.736, de 22 de Março de 1960, que transformou esta associação local em uma Fundação pública de abrangência nacional, as Pioneiras Sociais estavam encarregadas da “assistência médica, social, moral e educacional da população pobre, em suas variadas formas, e as pesquisas relacionadas com suas finalidades”. Outra atribuição específica das Pioneiras Sociais era o trabalho voluntário prestado por mulheres das camadas médias que, no âmbito local, se somavam a outras iniciativas para arrecadar doações e financiar o trabalho assistencial nos municípios.

Diferentemente da Lei Brasileira de Assistência (LBA), que administra recursos públicos e privados e elaborava abrangentes planos de assistência em todo o país, as Pioneiras Sociais eram basicamente financiadas por contribuições e doações voluntárias complementadas por 0,5% dos impostos arrecadados anualmente sob o selo federal. Esta situação financeira peculiar fazia com que as mulheres voluntárias que financiavam as iniciativas ocupassem importante papel na estrutura organizativa, pois boa parte de suas atividades dependia do sucesso de suas associadas em arrecadar fundos para a manutenção de seus trabalhos sociais. Presidida por uma mulher, as Pioneiras Sociais buscaram, da mesma forma como ocorria na sua esfera administrativa central, ocupar os cargos de direção no âmbito local com mulheres de importante relevância social ou por aquelas ligadas à política, como as esposas dos governadores e prefeitos, as Primeiras-Damas.

As Pioneiras Sociais buscaram, principalmente, atender os mais necessitados por meio de hospitais volantes, centros de pesquisas, ambulatórios, lactários, recreação infantil e artes domésticas. No Estado de Santa Catarina, três cidades foram escolhidas para receber um escritório local da associação: Florianópolis, Itajaí e Criciúma. A escolha destes municípios muito provavelmente se deu pela importância de cada um no contexto regional, sendo Florianópolis a capital do Estado e sede do escritório das Pioneiras Sociais; Criciúma o maior polo industrial do sul catarinense; e Itajaí maior porto e por onde escoava boa parte da produção do Estado de Santa Catarina.

No contexto sul catarinense, o trabalho das Pioneiras Sociais foi marcado por sua ação na Região Carbonífera, onde as voluntárias prestaram assistência à infância desvalida local por meio de uma série de atividades sociais. A partir do escritório criciumentense, a associação optou por oferecer auxílio por meio

de um gabinete dentário e de um hospital volante, instalados em veículos que eram estacionados “nas proximidades dos estabelecimentos de ensino afim de que os seus serviços sejam usados de preferência pelos respectivos alunos mais necessitados” (Tribuna Criciumense, 02 de Novembro de 1959. p. 06). Ambos os serviços eram ofertados a partir de um caminhão importado da Alemanha com cerca de 15 metros de comprimento, equipado de um reboque em que estava acoplado o pequeno hospital itinerante, servido com uma máquina de Raio-X, uma mesa operatória de emergência, um consultório médico e outro odontológico, conforme se pode observar na imagem abaixo:



Imagem 01: Hospital Volante das Pioneiras Sociais.

Fonte: Reprodução de Tribuna Criciumense. Criciúma, 13 de Novembro de 1961.

Adquirido pelo Governo do Estado e doado às Pioneiras Sociais, o Hospital Volante de Criciúma, o primeiro a entrar em operação em de Santa Catarina, iniciou suas atividades no dia 20 de março de 1959. Nesta data, a Presidente da Associação e Primeira-Dama do Estado de Santa Catarina, Lucy Correa Hülse, junto com uma comitiva de mulheres da elite local, inauguraram o hospital em uma grande festa em frente à Igreja Matriz da cidade. De acordo com o Jornal Tribuna Criciumense, nos dois dias seguintes a Associação das Pioneiras Sociais realizou uma série de eventos sociais para promover seus trabalhos e arrecadar fundos para a manutenção de suas operações na cidade, além de empossar sua primeira diretoria num importante lugar simbólico para a elite local, o Sindicato dos Mineradores. Ao escolherem como lugar da posse o referido sindicato, as Pioneiras Sociais atrelavam seus trabalhos e firmavam alianças com a classe dirigente e patronal da cidade, comprometendo os empresários, donos das minas, com seus programas assistenciais.

O Hospital Volante, chamado de caminhão nº 1, atuou na cidade de Criciúma e priorizou principalmente o atendimento às crianças pobres, pois eram poucos os leitos infantis nos hospitais da cidade e o propósito do centro médico itinerante era visitar as zonas mais afastadas e evitar o congestionamento hospitalar na cidade. Durante o atendimento, as crianças passavam por um

atento exame clínico para o diagnóstico de enfermidades, sendo depois encaminhadas para o atendimento odontológico, passando por uma inspeção bucal e pelo tratamento dentário. Após um ano de serviços prestados, o Hospital Volante nº 1 das Pioneiras Sociais encerrou suas atividades na Região Carbonífera, sendo substituído por outro de menor porte, que oferecia tratamento odontológico e clínica geral. Segundo a Tribuna Criciumentense, esta substituição aconteceu devido às péssimas condições das estradas locais e à dificuldade do hospital móvel chegar às regiões de difícil acesso (Tribuna Criciumentense, 24 de Agosto de 1959).

Esta situação levou à mudança de estratégia das Pioneiras Sociais da Região Carbonífera. Se num primeiro momento foi priorizada a clínica infantil, com atendimento pediátrico, a partir de 1960 as associadas passaram a oferecer também suporte financeiro aos estudantes, iniciativa já desenvolvida na cidade de Florianópolis. Este trabalho consistia em ofertar às crianças pobres materiais e uniformes escolares. Os materiais eram angariados em campanhas ou pela compra com os fundos arrecadados pelas Pioneiras, enquanto os uniformes eram confeccionados pela Seção de Costuras que funcionava na sede da associação na cidade de Florianópolis.

A presença das Pioneiras Sociais como do Clube da Lady na região carbonífera, assim como outras associações femininas cujas atividades merecem futuras investigações, representam uma importante contribuição do associativismo feminino para a sustentação das políticas assistenciais para a infância e a maternidade na região. De acordo com Seth Koven (1993, p. 113), a preponderância das mulheres das classes favorecidas nas associações femininas de assistência à maternidade e à infância se deveu à facilidade que tiveram para atuar na esfera pública, devido às suas origens de classe e ao tempo livre de que dispunham para participar de atividades fora de seus espaços domésticos e sociais.

Considerações finais

No entanto, cabe ressaltar que, mesmo com o êxito de suas ações, as associações femininas baseadas no discurso maternalista construíram uma visão rígida da feminilidade. Vinculado em grande medida às estruturas sociais e culturais das elites, estas associações defendiam uma maternidade incondicional, na qual a relação naturalizada entre mãe e filho era o centro unificador da família. Este tipo de discurso se alinhava à própria origem do movimento maternalista, oriundo do associativismo benemerente composto por organizações fundadas, organizadas e dirigidas por mulheres das classes médias e a

partir de suas experiências individuais, construindo as linhas gerais daquilo que deveria ser seguido e aplicado para as outras mulheres.

Apesar de, na maioria das vezes, difundir discursos da norma familiar burguesa, o maternalismo soube manipular em seu favor diversos pressupostos morais que pesavam fortemente sobre a conduta das mulheres no âmbito social, tais como a domesticidade e a caridade. Se, por um lado, as mulheres foram conclamadas a cultivar sua feminilidade dentro da esfera doméstica, assumindo todos os encargos com os cuidados que sua família necessitasse, por outro lado, elas eram pressionadas pelos valores cristãos a praticar o trabalho da filantropia em sua comunidade e assim contribuir para o bem-estar dos mais necessitados. Desta forma, a maternidade tomava contornos privados e também públicos, pois a filantropia feminina não era antitética à natureza e nem à moral.

Baseados nas análises das iniciativas assistenciais empreendidas pelo associativismo feminino, podemos identificar como a filantropia e a assistência privada, esta última, muitas vezes, baseada na caridade, foram importantes na construção das políticas públicas da Região Carbonífera Catarinense. Complementando ou simplesmente sendo a única forma de assistência social para as populações mais pobres, tanto as entidades filantrópicas como as associações femininas foram importantes centros de referência no atendimento à maternidade e à infância, reafirmando a importância dessas iniciativas como embrião das políticas públicas locais. Assim, as associações de mulheres de classe média buscaram, por meio da benemerência, forjar determinadas identidades de gênero, classe e raça/etnia que adequassem as populações mais pobres aos valores do mundo urbano-industrial burguês.

Referências

ALVES, Ismael Gonçalves. A assistência nos anos iniciais da Primeira República brasileira: a maternidade e a infância como problema social. In: **Revista Biblio 3W**. vol 20. UBA: Barcelona, 2015. p. 01-22.

----- (Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

----- ALVES, Ismael Gonçalves. **Faces da assistência social do setor carbonífero catarinense: (Criciúma, 1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

- ASSISTÊNCIA das Pioneiras Sociais aos escolares pobres. In: **Tribuna Criciú-mense**. Criciúma, 02 de Novembro de 1959. p. 06
- BARBOSA, Luiz. Assistência Particular: A Policlínica de Botafogo. In: **O Brazil – Médico**, Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 1900. Ano 14, n 29. p. 265-267.
- BOA NOVA JUNIOR. Francisco de Paula. **Problemas médico-sanitários da indústria carvoeira**. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953.
- BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência. In: DUBY, George; PERROT, Michele; THÉBAUD, Françoise. **História das mulheres o Ocidente: o século XX**. vol. 5. Porto: Afrontamento, 1995. p. 436-477.
- BORBA, Donatila. Dia das Mães. In: **Tribuna Criciú-mense**. Criciúma, 22 de Maio de 1961. p. 06.
- BRASIL. CPI do Carvão. In: Diários do Congresso Nacional. 31 de Janeiro de 1959. p. 946-954.
- BRASIL. Decreto-Lei 3.736 de 22 de Março de 1960.
- CRICIÚMA. Lei Municipal nº 519, de 02 de Julho de 1965.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, médicos e mães: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GARDENIA, Paulo de. Momento elegante. In: **Revista da Semana**. Ano 15, nº 22. Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1915. s/p.
- HINO do Clube da Lady: dedicado as ladys do Brasil. In: **Tribuna Criciú-mense**, Criciúma, 03 de Outubro de 1960. p. 01.
- INSTITUTO de Protecção á Infância. In: **O Paiz**. Rio de Janeiro, 06 de Dezembro de 1918. p. 05.
- KOVEN, Seth; Michel, Sonia. **Mother of a new word: maternalist politics and the origins of welfare states**. New York: Routledge, 1993.
- KOVEN, Seth; Michel, Sonia. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920 In: **The American Historical Review**. Vol. 95, No. 4. Indiana: AHA, 1990. p. 1076-1108.
- LARSEN, Eirinn. **Gender and welfare state. Maternalism – a new historical concept?** (1996) (s/l) Disponível em: <http://www.ub.uib.no/el-pub/1996/h/506002/eirinn.html>
- MOTT, Maria Lúcia Barros. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945) In: **Cadernos Pagu**. nº 16. Campinas: Unicamp, 2001. p. 199-234.

NASH, Mary. Maternidad, maternología y reforma eugénica en España, 1900-1939 In: Georges Duby; Michelle Perrot (Orgs). **Historia de las mujeres en Occidente: el siglo XX**. vol. 5. Tauros Ediciones: Madrid, 1996. p. 627-646.

NOVO Hospital Volante das Pioneiras Sociais. In: **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 24 de Agosto de 1959. p. 05.

PENSAMENTOS alheios. In: **Jornal das moças**. Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 1914. ano 01, nº 09. p. s/p.

PINEDO, Rebeca Arce. **Dios, patria y hogar: la construcción social de la mujer española por el catolicismo y las derechas en el primer tercio del siglo XX**. Santander: PUBliCan, 2007.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Recebido em setembro de 2015

Aceito em outubro de 2015